

**CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS**  
**CTCOB**  
**ATA DA 47ª REUNIÃO**

6Data: 14 de fevereiro de 2007

7Local: Mini Auditório da SRH- Brasília

**9PARTICIPANTES:**

10

11▪ Ministério da Integração Nacional: Paulo R. Soares Jr. (paulorsjunior@yahoo.com.br)

12▪ Ministério do Meio Ambiente-MMA-ANA: Patrick Thomas -(patrick@ana.gov.br)

13▪ Ministério do Meio Ambiente-MMA-SRH: Rodrigo Speziali

14(rodrico.carvalho@mma.gov.br)

15▪ Ministério da Agricultura-MAPA: Eduardo Cadavid (educa@sede.embrapa)

16▪ Ministério das Cidades: Norma Lúcia de Carvalho (norma.carvalho@cidades.gov.br)

17▪ Ministério das Minas e Energia: Gualter Carvalho Mendes

18(gualtermendes@mme.gov.br)

19 Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos- Espírito Santo/Minas Gerais- Robson

20Monteiro dos Santos- (rmonteiro@hotmail.com- rmsantos@iema.es.gov.br)

21Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos- Paraná/Mato Grosso-

22(eneasmachado@sudersa.pr.gov.br)

23Usuário/Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Luiz Fernando de

24Arruda Gonçalves- luiz.goncalves@copel.com

25▪ Usuário/Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento

26Sanitário: Elizabeth Costa de Oliveira (liza.rj@terra.com.br)

27▪ Usuário/Setor Pescadores e Usuários de Água para Lazer e Turismo: Wilson de

28Azevedo Filho-(azefilho@hotmail.com)

29▪ Usuário/Indústria: Patricia Boson- (tita@uaigiga.com.br)

30▪ Comitês de Bacias Hidrograficas- Luiz Roberto Moretti- (lmoretti@sp.gov.br)

31▪ Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Eduardo Lovo

32Paschoalotti-

33▪ Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Francisco José Lobato da Costa-

34(fjlobato@uol.com.br)

35

**36CONVIDADOS:**

37

38▪Giordano Bruno Bom Tempo- (giordanobruno@ana.gov.br)

39▪ Christian Andre H Govastki (christian.govastk@mme.gov.br)

40▪ Roberto Alves Monteiro- (roberto.monteiro@mma.gov.br)

41▪Soraia Fucina Amaral- (soraia.amaral@cidades.gov.br)

42▪Robson Hitoshi Tanaka- (robsontanaka@cpfl.com.br)

43

44

45

46

**47•RELATORIA:**

48

49▪Ednaldo Mesquita Carvalho - SRH/MMA - Tel.: (61) 4009-1809

50(ednaldo.mesquita@mma.gov.br)

51

52

## 1 ASSUNTOS DISCUTIDOS:

2

3 No dia 14 de fevereiro do ano dois mil e sete, com início às 09h45min, a Câmara  
4 Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTCOB do Conselho Nacional  
5 de Recursos Hídricos – CNRH realizou sua 47.ª reunião em Brasília, convocada há  
6 doze dias, tendo como presidente o Sr. Rodrigo Speziali e como relator o senhor  
7 Ednaldo Mesquita Carvalho, com a presença de 15 dos seus membros e 7 convidados.  
8 *Item 1 – Informes e aprovação da Ata da 46ª reunião da CTCOB-* Foi informado pelo  
9 presidente da CT que a minuta de resolução que tratava do estabelecimento de  
10 prioridades para aplicação dos recursos da cobrança, havia sido encaminhada à CTIL  
11 e está CT havia aprovado seu conteúdo e a mesma seria pauta da próxima reunião do  
12 CNRH. O Relator da CTPNRH, Sr. Fabiano, informou sobre a realização de um  
13 seminário nos dias 19, 20 e 21 de março, para o qual seriam convidados todos os  
14 membros de CT e Conselheiros. O Seminário iria tratar do detalhamento dos  
15 Subprogramas do PNRH, em seguida foram feitos rápidos comentários sobre a  
16 metodologia a ser adotada durante o evento. O Conselheiro Francisco Lobato  
17 lembrou que havia sido consultor da SRH quando da elaboração do volume IV do  
18 PNRH e deu um depoimento, dizendo que de fato o conteúdo do documento, não  
19 desce a detalhes importantes e necessários. Disse, por exemplo que não há nem  
20 mesmo previsões de custos para a implementação das ações. O Sr. Rodrigo Speziali  
21 informou que seriam contratados consultores para participar do processo de  
22 detalhamento do Plano, antes mesmo da realização do seminário. Dando continuidade  
23 à reunião, passou-se para o *item 2 da pauta - Discussão sobre a Política Nacional de*  
24 *Saneamento e suas interfaces com a Política Nacional de Recursos Hídricos, em*  
25 *especial, o instrumento Cobrança. Participação do Sr. Marcos Helano Fernandes*  
26 *Montenegro, Diretor de Desenvolvimento e Cooperação Técnica- Ministério das*  
27 *Cidades-* Seguindo o roteiro da palestra anexa, o Sr. Marcos Helano, inicialmente,  
28 ponderou sobre o termo “marco regulatório” como não sendo o ideal para refletir o que  
29 ele iria falar, comentou que falaria sobre a legislação de interesse dos serviços públicos  
30 de saneamento básico, como previstos nos artigos 175, (Prestação direta ou indireta  
31 de serviços públicos) e 241 (gestão associada de serviços públicos) ambos contidos na  
32 Constituição Federal. Sobre a Lei 11.107 de 06/04/2005, bem como o decreto 6.017,  
33 de 17/01/2007 que a regulamenta, foram abordadas as “normas gerais para a União,  
34 os Estados, o Distrito Federal e os Municípios contratarem consórcios públicos para a  
35 realização de objetivos de interesse comum”. Comentou o Sr. Montenegro sobre os  
36 diversos tipos de modalidade de prestação de serviços públicos, direta, indireta e  
37 gestão associada. Em seguida, fez abordagens específicas a respeito da Lei 11.445,  
38 de 05/01/2007, que entrou em vigor dia 22/02/07, que trata da Política Nacional de  
39 Saneamento, por ele considerada como um avanço que responde a várias dúvidas que  
40 ainda persistiam. Foram apresentadas, em seguida, os diversos artigos e sua interface  
41 com a Política de Recursos Hídricos. Afirmou que estamos vivendo um momento  
42 especial com a promulgação de Leis, com a aprovação do PNRH e dos Planos  
43 Diretores Municipais, tudo isso poderá contribuir com uma maior integração dos setores  
44 envolvidos. O representante do Ministério das Cidades concluiu sua apresentação,  
45 tecendo comentários sobre o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, no que  
46 diz respeito às previsões de recursos da ordem de R\$40 bilhões de reais, sendo R\$12  
47 bilhões do OGU, e R\$20 bilhões do FAT/FGTS e ainda R\$8 bilhões de contrapartida de  
48 Estados e Municípios. Os recursos previstos deverão ser empenhados no período de  
49 2007 a 2010, tendo como prioridades o saneamento integrado em favelas, e poderão,  
50 inclusive, ser usados na revitalização de companhias estaduais de saneamento. O  
51 grande problema, apontado pelo Sr. Montenegro para maior efetivação dos recursos a  
52 serem disponibilizados, será a falta de planos e projetos básicos. Os debates foram

1abertos pelo presidente da CT. Inicialmente, o Conselheiro Francisco Lobato  
2manifestou a sua satisfação com a aprovação das leis e decretos e ainda comentou,  
3rapidamente, sobre outros PIs em tramitação no Congresso que abordam o mesmo  
4assunto. Sobre a Lei 11.445, disse que a mesma ainda tem uma pendência que  
5é a questão da Titularidade, assunto em tramitação no Supremo Tribunal Federal,  
6manifestou inclusive sua análise crítica sobre a questão, e suas dificuldades futuras,  
7apoiado em parecer do Ministro Nelson Jobim. O Conselheiro ainda disse que vê  
8avanços relativos aos aspectos de planejamento e regulação na nova política, mas  
9ponderou que o setor ainda carece de fontes específicas de recursos para o  
10saneamento. Sobre questões de gestão, citou o documento elaborado recentemente  
11pela ANA que aborda o tema, com o título "Mapa de gestão" que poderá ser útil  
12também para as questões de saneamento. Concluiu suas ponderações, lembrando do  
13PLANASA que, na sua opinião, estava "azeitado" e que tinha capacidade de  
14investimento da ordem de R\$3 a R\$4 bilhões ano, acha que o setor está com baixa  
15capacidade de investimento e acredita ser complexo aplicar R\$10 bilhões de reais ao  
16ano, como prevê o PAC. A Conselheira Patrícia Boson ponderou que o "casamento"  
17da política de recursos hídricos com o saneamento é melhor do que o que existe hoje  
18com a política de meio ambiente, mesmo assim recomendou pensar melhor no  
19aprimoramento das duas políticas que por sinal dependem de decisão política.  
20Recomendou ao Ministério das Cidades que se aproximasse mais dos Comitês e  
21informou que grande parte dos recursos da cobrança estão sendo hoje canalizados e  
22desvirtuados para o financiamento do passivo ambiental do saneamento. Finalizou,  
23lamentando o descaso aparente com o PRODES. Lembrou que a ANA recomenda que  
24os recursos da cobrança deveriam ser uma contrapartida para alavancar os recursos  
25do OGU. Fez três perguntas: 1- Para aplicação dos recursos, poderia haver prioridade  
26para as bacias que já possuem comitês e planos de bacia? 2 - Para aplicar 70% dos  
27recursos do PAC o Ministério depende da capacidade de endividamento dos  
28municípios? 3- A distorção dos valores das tarifas não impede os investimentos? Em  
29resposta aos Conselheiros, o Sr. Montenegro assim manifestou: Sobre a questão  
30titularidade, há que se aguardar a posição final do Supremo Tribunal Federal.  
31Manifestou desconhecimento sobre o documento da ANA, mapa de gestão, por isso  
32não pode opinar. Sobre a participação do seu ministério nos comitês já em  
33funcionamento, disse que ela existe e não vê divergências entre os comitês e os  
34municípios, mesmo assim registrou as críticas formuladas sobre o assunto. Sobre o  
35PRODES, a Secretaria coordenada por ele entende ser um programa interessante,  
36mas ainda é pouco diante da grandiosidade do problema, informou inclusive que foi  
37feita pelo Ministérios das Cidades uma proposta, inspirada no PRODES para o FGTS.  
38Vêm com simpatia programas que ao invés de financiar a obra, financia o  
39saneamento propriamente dito. Sobre a possibilidade de utilização dos recursos da  
40cobrança como contra partida para financiamentos, é algo que interessa muito ao seu  
41ministério. Sobre a existência de tarifas diferentes ou divergentes, informou que está  
42surtingo a possibilidade de criação de consórcio de apoio à prestação de serviços de  
43saneamento, tendo como uma das funções, o estudo de tarifas. Continuando os  
44debates, o Sr. Wilson pediu esclarecimentos sobre titularidade e se a nova política  
45permite todo o tipo de arranjo para a contratação por tipo de serviço. A Sra. Eliane da  
46AGEVAP, pediu maior participação do Ministério das Cidades no CEIVAP e quis saber  
47qual o prazo para o encaminhamento de projetos, visando financiamento do PAC.  
48Sobre titularidade, informou que no momento os votos já manifestos do Supremo são a  
49favor dos municípios. Sobre o cronograma de apresentação de projetos ao PAC,  
50anunciou que está sendo preparado um calendário, contendo o processo de seleção  
51para a habilitação, visando a obtenção dos recursos e que este calendário terá  
52visibilidade total; reconhece ser grande o desafio, porque as obras devem ser

1selecionadas e contratadas no 1.º e 2.º anos. Após retirada do Sr. Montenegro, o  
2Conselheiro Francisco Lobato recomendou que nas próximas apresentações a serem  
3feitas na CT, deve ser estabelecido com antecedência o tempo disponível para o  
4conferencistas. No início da tarde, a Conselheira Patrícia Boson ponderou o que havia  
5sido proposto por ela na reunião de Setembro de 2006, relacionado ao envio de um  
6ofício da CTCOB à CTIL, solicitando uma revisão do Regimento Interno do CNRH ,  
7visando um estabelecimento de procedimentos para a eleição de presidentes de CTs,  
8fomentando o rodízio do cargo entre os diversos segmentos. O Sr. Rodrigo Speziali  
9disse que não encaminhou o ofício por entender que o assunto deveria ser,  
10primeiramente, objeto de discussão entre os membros da CTCOB. Prometeu pautar o  
11assunto na próxima reunião, para se discutir a pertinência do tema na CT para  
12posterior encaminhamento de ofício à CTIL. *Item 4 - Balanço das atividades e ações*  
13*implementadas com recursos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos, nas*  
14*bacias dos Rios Paraíba do Sul pelo Comitê-CEIVAP e nas bacias dos rios Piracicaba*  
15*Capivari e Jundiá, pelo Comitê PCJ, em 2006, e perspectivas para 2007-* Antes do  
16início das apresentações previstas, o presidente da CTCOB explicou os antecedentes  
17para o convite formulado como sendo uma das atribuições da CT o acompanhamento  
18da implementação da Cobrança nos comitês. O primeiro a se apresentar foi o CEIVAP,  
19na pessoa de seu Coordenador de Gestão, o Sr. Hendrick, conforme palestra anexa.  
20Dentre outros assuntos, foram mostrados os valores manuseados desde o ano 2003,  
21início da cobrança na bacia, até o mês de dezembro de 2006. Foram apresentadas  
22também as diversas ações de planejamento, gestão e estruturais, onde os recursos  
23foram efetivamente gastos, sendo que 2% dos recursos foram destinados às ações de  
24educação ambiental, prioritariamente as redes de captação de esgoto e a construção  
25de ETEs foram as ações estruturantes que receberam maiores somas de recursos.  
26Após apresentação, o Sr. Ednaldo fez comentários críticos à apresentação feita, por  
27entender que a mesma havia sido pouco didática, criticou o que foi dito como sendo  
28recursos de “repasso da ANA” aqueles oriundos da Cobrança pelo Uso dos Recursos  
29Hídricos. A conselheira Patrícia Boson não concordou com as críticas, principalmente  
30por entender que os recursos da Cobrança são de fato recursos orçamentários  
31repassados pela ANA. Ponderou ainda a Conselheira que os recursos da cobrança  
32não deveriam ser repassados a fundo perdido. Recomendou que a CTCOB deveria  
33propor um decreto para proporcionar melhor escolha do agente financeiro a ser  
34utilizado pelas entidades delegatárias, sugeriu ao apresentador que relatasse as  
35dificuldades hoje existentes para a operação com a CEF. Sugeriu ainda que estudos  
36deveriam ser feitos para um melhor conhecimento dos fluxos financeiros dos recursos  
37da cobrança. O Sr. Rodrigo Speziali pediu informações sobre os recursos viabilizados  
38pelo BNDES, dificuldades e problemas encontrados. O Sr. Patrick também manifestou  
39sua opinião sobre a apresentação, sugeriu a utilização de gráficos para facilitar o  
40entendimento, com a inclusão de valores dos projetos. Como questionamento,  
41perguntou sobre os resultados alcançados com os recursos da cobrança e o  
42percentual utilizado no tratamento de esgotos. Ouviu que existem recursos em caixa,  
43mas todos comprometidos, ouviu também que não faltam projetos. O Sr. Eneas  
44também concordou que a CEF não tem sido o melhor agente financeiro, pelo menos no  
45Paraná, perguntou sobre quais os meios legais a serem utilizados para que os recursos  
46não sejam aplicados a fundo perdido. O Conselheiro Francisco Lobato comentou que  
47não há como escapar da atual conjuntura, devido à natureza jurídica da cobrança como  
48receita patrimonial do Estado. Mencionou que foi elaborada pela COPTEC nota técnica  
49que trata dos fluxos financeiros da cobrança. O estudo ainda não foi aprovado pelo  
50CEIVAP. A Sra. Aparecida Vargas também comentou que o contrato de gestão com a  
51CEF estabelece mais obrigações à AGEVAP do que à própria CEF. Existem inclusive  
52dificuldades relacionadas a prazos para liberação dos recursos, acha que o contrato

1 deve ser revisto. Pediu ainda, a Secretária Executiva do CEIVAP, ajuda e apoio da  
2 CTCOB para aglutinar problemas relacionados às entidades delegatárias e Comitês e  
3 tratá-los de forma ampla. Ainda sobre a atuação da CEF, a Sra. Aparecida ponderou  
4 que os custos para aplicação dos recursos da cobrança estão aumentando, outras  
5 normativas devem ser estudadas, porque a desburocratização para aplicação dos  
6 recursos, como previsto, não está ocorrendo. Sobre a utilização dos recursos do  
7 BNDES, foi dito que mesmo considerando que as taxas são boas, por problemas de  
8 endividamento das prefeituras, a utilização dos recursos não foi possível. Contratos  
9 foram assinados com o BNDES, mas sem o envolvimento e participação do CEIVAP. O  
10 Sr. Hendrick justificou que sua apresentação foi feita como planejado, e que procurou  
11 apresentar de forma transparente todos os números e respectivos percentuais de  
12 aplicação, em função das ações de gestão, planejamento e estruturais. O  
13 representante do CEIVAP criticou o pouco tempo disponível para fazer sua  
14 apresentação, concluiu, mencionando que os tomadores dos recursos usam o comitê  
15 como palanque para discursar contra a CEF. A Sra. Eliane justificou a metodologia da  
16 apresentação e informou que será publicada uma revista com encarte, contendo todos  
17 os detalhes relacionados à aplicação dos recursos da cobrança, completou, dizendo  
18 que no site do CEIVAP já estão disponíveis em gráficos todos os dados a respeito da  
19 matéria. Antes de concluir as discussões a Sra. Aparecida solicitou, mais uma vez, o  
20 pedido de ajuda para a solução dos problemas hoje existentes no processo de  
21 aplicação dos recursos da cobrança pela Entidade Delegatária AGEVAP. A  
22 Conselheira Patrícia Boson concorda com o pedido, o qual irá contribuir com a  
23 regulamentação do inciso IV do artigo 44 da Lei 9.433, de janeiro de 1977, no qual está  
24 explícito: Compete às agências de água: “analisar e emitir pareceres sobre os projetos  
25 e obras a serem financiados com recursos gerados pela cobrança pelo uso dos  
26 recursos hídricos e encaminhá-los à instituição financeira responsável pela  
27 administração desses recursos”. Passando para o próximo item da pauta, o Sr. Rodrigo  
28 Speziali agradeceu aos representantes do CEIVAP/AGEVAP pela presença e  
29 apresentação e comunicou que anualmente a CTCOB deverá convidá-los para  
30 apresentações semelhantes. *Continuação Item 4. Balanço das atividades e ações*  
31 *implementadas com recursos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos, nas*  
32 *bacias dos rios Piracicaba Capivari e Jundiaí, pelo Comitê PCJ, em 2006, e*  
33 *perspectivas para 2007-* Coube ao Sr. Luiz Roberto Moretti, Secretário Executivo do  
34 comitê PCJ, apresentar em slides os dados a respeito do processo de utilização dos  
35 recursos da cobrança. Basicamente e conforme palestra anexa, foi relatado  
36 cronologicamente todos os passos que foram dados até o início efetivo da cobrança  
37 com a entrega solene dos boletos de cobrança aos usuários. Disse que foi muito  
38 importante e estratégico o fato de já existir nas bacias uma experiência acumulada  
39 com a aplicação de recursos do FEHIDRO. Comentou sobre o interessante plantão que  
40 foi feito em janeiro de 2006 em 5 cidades das bacias, para esclarecimento dos  
41 procedimentos necessários para se tomar os recursos. Destacou sobre a importância  
42 da Câmara técnica de Planejamento - CTPL como sendo um forum importante para o  
43 processamento ágil das deliberações do Comitê. No site [www.comitepcj.sp.gov.br](http://www.comitepcj.sp.gov.br) a  
44 entidade delegatária se alojou e passou a disponibilizar todas as informações  
45 necessárias para agilizar os processos de utilização dos recursos arrecadados. Ao  
46 final, registrou que em maio de 2006 foi aprovada a hierarquização da utilização dos  
47 recursos e que, após conclusão do ano, pode-se concluir que a adimplência é de  
48 99,6%, em termos do pagamento pelo uso da água. Iniciados os debates a Sra.  
49 Aparecida questionou sobre a legalidade de uma CT, como a CTPL, se transformar em  
50 um conselho de administração, não podendo ter poder de deliberação. O Sr. Moretti  
51 explicou que, de fato, a CTPL é um miniplenário do comitê e recebeu delegações  
52 especiais, conforme deliberação do Comitê PCJ n.º 024. Lembrou que os membros da

1CTPL são todos conselheiros, o que facilita o processo. Lembrou que o plenário não  
2deixa de participar do processo deliberativo. Perguntou ainda a Secretária Executiva do  
3CEIVAP, Sra. Aparecida Vargas, se todo o trabalho de hierarquização é executado  
4pela Secretária Executiva e CTPL sem a participação da entidade delegatárias. O Sr.  
5Moretti disse que não. Afirmou que tudo é feito em conjunto e não de forma estanque.  
6O Sr. Wilson solicitou informações sobre o processo de administração dos recursos do  
7FEHIDRO e aqueles oriundos da cobrança. Foi dito que a entidade delegatária só  
8administra os recursos da cobrança decorrentes dos boletos emitidos pela ANA. Foi  
9sugerido, pela Sr. Wilson, a confecção de um organograma, contendo todo o processo  
10que gira em torno dos recursos gerenciados pelo comitê. Foi explicado ainda que, pelo  
11menos neste início do processo, os recursos serão disponibilizados a fundo perdido,  
12contando com contrapartidas de 22% a 36%. A Conselheira Patrícia Boson pergunta  
13sobre qual é o peso dos Estado no Comitê PCJ e na Entidade Delegatária. Foi dito pelo  
14Sr. Moretti que na Secretária Executiva do comitê existem seis funcionários pagos com  
15recursos do Estado. Dos recursos do FEHIDRO, um percentual é retido para o custeio  
16das atividades da Secretaria Executiva dos comitês. O Conselheiro Francisco Lobato  
17mencionou que ficou evidente que as Secretárias Executivas dos comitês precisam ser  
18reestruturadas. Comentou sobre estudo feito por ele, a pedido do governo do Estado  
19de São Paulo, no qual ficou evidente que há uma sobreposição dos agentes técnicos  
20dos Comitês com os técnicos das Entidades Delegatárias. Manifestou preocupação  
21sobre o funcionamento de toda a estrutura de gestão dos recursos hídricos existente  
22no Estado após mudanças estruturais em andamento. O Sr. Patrick ponderou que  
23todos os projetos entram no “balcão” da Entidade Delegatária. Diante deste fato,  
24perguntou ao Sr. Moretti se havia a possibilidade da entidade receber do FEHIDRO  
25pelos serviços prestados. Em resposta, foi dito que enquanto recursos de custeio, não  
26vê possibilidade. O que poderia ser feito, deveria ser na forma de projeto, mas não  
27para pagamento de pessoal e sim pelos serviços prestados, como uma empresa  
28contratada para esta finalidade. Concluídos os debates, o Sr. Rodrigo Speziali  
29agradeceu aos representantes do CEIVAP e Comitê PCJ pelas apresentações e mais  
30uma vez registrou que anualmente serão convidados os comitês com o Instrumento  
31Cobrança já implementado para fazerem seus relatos semelhantes à aqueles ocorridos  
32naquele dia. O Sr. Robson, da CPFL, pediu informações sobre a existência de algum  
33processo de monitoramento e efetividade dos projetos financiados. O Sr. Moretti disse  
34que a preocupação existe, inclusive há pensamento de serem estabelecidos  
35indicadores específicos, concluiu, dizendo que é importante e fundamental o que foi  
36colocado. Em seguida, o Presidente da CTCOB propôs aos presentes a realização de  
37evento a ser realizado em São Paulo ou Rio de Janeiro, voltado aos usuários com a  
38participação dos Comitês, onde a Cobrança está instituída. O objetivo do evento seria  
39o de analisar o estágio atual da cobrança pelo uso da água no Brasil, as perspectivas  
40futuras deste instrumento de gestão e os modelos institucionais de gestão (ou  
41administração) dos recursos da cobrança. Às 17:25h a reunião foi encerrada, com o  
42presidente Sr. Rodrigo Speziali agradecendo a presença de todos .

43

44Ata aprovada na 49.ª Reunião da CTCOB, realizada nos dias 2 e 3 de maio de 2007  
45em Salvador

46

47Rodrigo Speziali de Carvalho

48Presidente da CTCOB

49

50

51Ednaldo Mesquita Carvalho

52Relator da CTCOB